Encontro em São Paulo discutiu experiências e tendências de fiscalização de concessões e privatizações

4º Encontro Técnico sobre o tema teve participação de 392 inscritos entre servidores de 25 Tribunais de Contas brasileiros e representantes de entidades privadas



Presidente do TCE-RJ e do comitê técnico do IRB, conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento abriu o Encontro

Com a participação de 392 inscritos entre servidores de 25 Tribunais de Contas (TCs) e representantes de entidades privadas, o 4º Encontro Técnico de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) pelos TCs abordou o panorama das concessões e PPPs no Brasil, apresentou ferramentas de monitoramento e discutiu experiências de controle bem-sucedidas no setor. Realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), com apoio do TCE do Rio de Janeiro (TCE-RJ), o seminário sediado na capital paulista contou com 11 painéis e a presença de 40 especialistas entre os dias 17 e 21 de outubro.

Na abertura do encontro, o conselheiro-presidente do TCE-RJ e presidente do Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas do IRB, Rodrigo Melo do Nascimento, enfatizou o impacto positivo na vida da população que o controle externo na área pode proporcionar:

"A fiscalização eficaz dos contratos de concessão e das agências reguladoras faz uma grande diferença na qualidade do serviço prestado e até na tarifa cobrada. São contratos que vigoram por décadas e envolvem valores vultosos. Porém, trata-se de uma temática complexa, que demanda qualificação constante e discussão entre os agentes de controle externo".

Já o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e conselheiro do TCE do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, citou um caso em que a postura dialógica dos representantes do controle externo contribuiu para a melhoria do serviço de transporte público.

O presidente do IRB e conselheiro do TCE do Ceará, Edilberto Pontes, lembrou que as leis de PPPs dos estados antecederam a legislação federal. Ele citou a análise prévia dos editais, o controle concomitante e o controle a posteriori, incluindo a responsabilização, como etapas fundamentais do controle. O presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), conselheiro João Antônio da Silva Filho, fez uma reflexão sobre qual modelo de estado pretende-se construir. O conselheiro pontuou que é essencial o equilíbrio entre o lucro almejado pela iniciativa privada e a supremacia do interesse público.

Também compuseram a mesa de abertura o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE-SP, Thiago Pinheiro Lima; a secretária municipal de Justiça de São Paulo, Eunice Prudente; e a procuradora-chefe da Assessoria Técnica do TCE-SP, Raquel Ortigosa Bueno.

Panorama no Estado do Rio de Janeiro e no Município de São Paulo

O secretário estadual da Casa Civil do Rio de Janeiro, Nicola Miccione, e o secretário municipal de Governo de São Paulo, Rubens Rizek, mediados pelo conselheiro-substituto do TCE-SP Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, compuseram o primeiro painel do encontro: "Panorama das PPPs e concessões do Estado do Rio de Janeiro e no Município de São Paulo".

Rizek apresentou a estrutura da empresa criada para gerir o programa municipal de desestatização e parcerias de São Paulo e fez um panorama dos mais de 40 projetos de sua pasta. Miccione abordou a situação do Rio de Janeiro e reforçou a importância de garantir a segurança jurídica institucional para o desenvolvimento de concessões e PPPs bem-sucedidas.

"Os contratos de concessão e PPPs transpassam governos, gestão de conselheiros e gestão de agências reguladoras. Os gestores e as concessionárias não podem ficar reféns de uma interpretação dúbia de contratos e legislação", defendeu o secretário da Casa Civil fluminense.

Marco legal do saneamento básico

O presidente do TCE-RJ, conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, abriu, no penúltimo dia do evento, o painel que tratava sobre "Disciplina jurídica do novo marco legal do saneamento básico: contratos de concessão x contratos de prestação de serviços". O conselheiro apresentou a atuação do TCE-RJ no controle da concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário.

O presidente explicou o processo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) e reforçou que não se trata de uma privatização, pois foram concedidos apenas os serviços, mas não a captação de água. Ele descreveu o arcabouço jurídico que viabilizou a concessão, além de pontuar a atuação do Tribunal na fase interna e no acompanha-



mento das propostas até a assinatura do contrato.

"O grande desafio que vem adiante é a fiscalização adequada do serviço. A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro tem uma grande responsabilidade nessa etapa. Por isso, o TCE-RJ se manterá atento. Temos uma auditoria operacional em curso para verificar a governança, a autonomia e a robustez de sua estrutura", pontuou. Por fim, o conselheiro explicou a reestruturação da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCE-RJ, que passou a atuar por meio de unidades técnicas especializadas por políticas públicas.

> *"A fiscalização eficaz dos contratos de concessão e das agências reguladoras faz uma grande diferença na qualidade do serviço prestado e até na tarifa cobrada"*
>
> **Rodrigo Melo do Nascimento**
> Conselheiro-Presidente do TCE-RJ

O auditor de controle externo do TCE de Santa Catarina Rogério Loch apresentou as condições para a universalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Entre os desafios para a universalização, Loch citou a falta de planejamento, projetos de engenharia mal elaborados, atraso em desapropriações e deficiências na operação, na fiscalização e na regulação dos contratos.

A terceira participante do painel foi a professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo Vera Monteiro, que tratou dos "Desafios regulatórios do novo Marco Legal do Saneamento Básico". O debate foi mediado pelo conselheiro aposentado do Rio Grande do Sul Pedro Henrique Figueiredo.

Controle externo preventivo

Na cerimônia de encerramento, dia 21/10, o secretário-geral adjunto de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Nicola Khoury, abordou "Os benefícios do controle externo preventivo dos projetos de desestatização". Ele explicou que a Corte passou a dar um foco maior no monitoramento de suas decisões



O painel "Os Tribunais de Contas como instrumento de controle social e transparência" mostrou ferramentas utilizadas pelos TCs para incentivar o cidadão a fiscalizar atos do poder público

e expôs acórdãos sobre a concessão da exploração de petróleo e a prorrogação antecipada de ferrovias. Nicola comentou também sobre o risco de o Projeto de Lei 7.063/2017 (Nova Lei de Concessões e PPPs) retirar competências dos TCs.

No painel proposto para o quarto dia do evento, "Os Tribunais de Contas como instrumento de controle social e transparência", o servidor do TCE do Espírito Santo Guilherme Abreu Lima e Pereira fez apresentação sobre concessões comuns e PPPs da Corte de Contas capixaba. A ferramenta disponível na internet permite o acompanhamento de concessões e fiscalização por município, valor, concessionários e tipo de serviço.

> *"Os contratos de concessão e PPPs transpassam governos, gestão de conselheiros e gestão de agências reguladoras. Os gestores e as concessionárias não podem ficar reféns de uma interpretação dúbia de contratos e legislação"*
>
> **Nicola Miccione**
> Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro

Na atividade seguinte, a auditora do TCE de Minas Gerais Maria Aparecida Aiko Ikemura apresentou o "Painel de Dados de Saneamento", que reúne informações de todo o Brasil sobre a temática. A mesa, presidida pela servidora do TCE-SP Silva Maria Gallardo, contou ainda com a participação da superintendente de Regulação na Regula SP, Juliana Cristina Luvizotto. A doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e com mestrado na França compartilhou uma comparação do controle social pelo TC europeu e mostrou medidas que aproximam a população e as Cortes.

O encontro técnico tratou também de outros temas, como "Concessões e PPP na mobilidade urbana: problemas e soluções", "Controle preventivo e concomitante sobre projetos de concessão e PPP: melhores práticas, estratégias, modelos de auditoria e limites ao controle" e "Concessões de serviços de iluminação pública e o desenvolvimento de cidades inteligentes".

O 5º Encontro Técnico, ano que vem, será sediado no Rio de Janeiro.



Nota técnica assinada no Rio de Janeiro estabelece diretrizes para a Fiscalização de Projetos de Desestatizações

Conselheiro-presidente do TCE-RJ, Rodrigo Melo do Nascimento comanda o Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações do IRB, responsável pela elaboração do documento

O Comitê Técnico de Concessões, Parcerias Público-Privadas e Privatizações dos Tribunais de Contas do Instituto Rui Barbosa (IRB) lançou, no dia 12 de dezembro, sua primeira nota técnica. Em reunião no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) com a participação de 18 integrantes presenciais e três remotos, o documento intitulado "Nota Técnica sobre a Atuação dos Tribunais de Contas na Fiscalização de Projetos de Desestatizações" foi assinado após receber os ajustes finais. Ao todo, 15 Tribunais de Contas participaram da elaboração do texto.

O presidente do Comitê e conselheiro-presidente do TCE-RJ, Rodrigo Melo do Nascimento, agradeceu a presença de todos à reunião e parabenizou o grupo pela produção da Nota Técnica. "Chegamos a um extenso material com conteúdo de grande qualidade. São perceptíveis o empenho e a dedicação desse grupo. Tenho muito orgulho de trabalhar com pessoas tão qualificadas e capacitadas", reconheceu o conselheiro.

Na abertura da reunião, o conselheiro do TCE do Ceará e presidente do IRB, Edilberto Pontes, ressaltou a importância da Nota Técnica sobre a temática. "Esse documento presta um grande serviço aos Tribunais de Contas. Esse Comitê conseguiu condensar o aprendizado de muitos anos e a experiência de seus integrantes em uma nota que, de tão bem feita, serve quase como uma consultoria. Estão todos de parabéns e contem com o IRB para fortalecer ainda mais esse Comitê em 2023", afirmou Pontes.

A Nota Técnica traz diretrizes gerais para fiscalização de projetos de desestatização, com o estabelecimento de normatização específica; criação de setor específico no Tribunais de Contas para tratar o tema; formação de equipes multidisciplinares e fixação de prazos de análise compatíveis com a materialidade, relevância e criticidade dos projetos. Em um anexo, o documento traz pontos de controle a serem estabelecidos na análise de projetos de desestatização separados por áreas como iluminação pública, tratamento de resíduos sólidos, estacionamento rotativo, rodovias, saneamento e saúde.

Para a área de transporte público rodoviário de passageiros, por exemplo, o texto enumera como pontos de controle a serem estabelecidos na análise da compatibilidade com o plano de mobilidade urbana e o plano diretor; o exame das gratuidades; critérios para renovação da frota; sistema de bilhetagem eletrônica; transparência e acesso aos dados do transporte público; subsídio público (quando houver); cálculo do IPKe (Índice de Passageiro por Quilômetro Equivalente) e exigibilidade de garagem própria no momento da licitação.

A assinatura do documento foi antecedida por dois debates. O primeiro tema foi "Taxa Interna de Retorno contratada em concessões, remuneração atrelada a desempenho, compartilhamento de receitas acessórias, concessões de transporte público, prorrogação de concessões e aporte em PPPs". O segundo assunto debatido foi "Governança Interfederativa no Saneamento com apresentação do caso do Paraná".

Além do conselheiro-presidente do TCE-RJ, do chefe de gabinete da Presidência do TCE-RJ, Laelio Andrade, e do coordenador do Comitê e auditor de controle externo do TCE-RJ, Dieisson de Castro Silva, participaram presencialmente da reunião o procurador de Contas do Ministério Público de Contas junto ao TCE de Alagoas Enio Andrade Pimenta, Roberto Tadeu de Souza Junior (TCE-RS), Rogério Loch (TCE-SC), Guilherme Monticelli (TCE-SP), Iana Gomes (TCE-RN), João Felipe Quinco-



O presidente do TCE-RJ e do Comitê do IRB, conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, assina a 'Nota Técnica sobre a Atuação dos Tribunais de Contas na Fiscalização de Projetos de Desestatizações'

zes do Amaral (TCE-PR), João Paulo de Jesus Pacheco (TCE-PR), Leonel Furtado Ferreira (TCM-PA), Angelo Eduardo Nunan (TCE-AM), Bruno Mascarenhas da Silveira Ventim (TCE-BA), Guilherme Abreu Lima e Pereira (TCE-ES), João Marcos Daroz (TCE-RJ), Marcos André Sampaio de Matos (TCE-BA), Azor El Achkar (TCE-SC) e Camila Reis Santana (TCE-SP).

Acesse a Nota Técnica pelo QR Code ao lado.